

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**André Antônio Camargo Lorenzoni**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Morais</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	Procurador de Justiça <i>Silvio Amaral Nogueira de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, das Pessoas

com Deficiência, das Pessoas Idosas e dos Direitos Humanos

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4732/2024-PGJ, DE 11.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar os Promotores de Justiça a se ausentarem de suas Comarcas para comparecerem à solenidade de posse dos Promotores de Justiça Substitutos, no dia 13 de setembro de 2024, às 17h, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, Parque dos Poderes, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4726/2024-PGJ, DE 11.9.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar e atuar em todas as fases do processo-crime nº 0900148-77.2024.8.12.0052, em trâmite na comarca de Anastácio.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4399/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 12.8 a 10.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008711-2).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4398/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Lia Paim Lima 12 (doze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 4 a 15.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008685-7).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4381/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet 10 (dez) dias de folga compensatória, sendo 9 (nove) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão integrado e 1 (um) dia referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 19 a 28.8.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00009060-6).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4420/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 10 (dez) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 19 a 28.8.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008941-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4418/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 30.9 a 29.10.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008908-7).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4380/2024-PGJ, DE 20.8.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 25 (vinte e cinco) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão integrado e 5 (cinco) dias referentes ao exercício da atividade ministerial em plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 30.8 a 28.9.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00008986-5).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 4669/2024-PGJ, DE 10.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear os candidatos aprovados no VI Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio da Portaria nº 3949/2024-PGJ, de 29.7.2024, publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.175, de 30.7.2024, para exercer em caráter efetivo os cargos previstos na Lei nº 4.134, de 6.12.2011, e na Resolução nº 7/2012-PGJ, de 4.4.2012, conforme o quadro a seguir:

CARGO ANALISTA – SÍMBOLO MPAN-101		
ÁREA DE ATIVIDADE	NOME DO CANDIDATO	CLASS.
CONTABILIDADE	OLAVO VIEIRA DE MORAES FILHO	1º
CONTABILIDADE	WALISSON FRANKLIN RAMOS LOURENÇO	2º
CONTABILIDADE	BEATRIZ NICOLE PEIXOTO DA SILVA	3ª
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	FILIPPE DE FREITAS MACIEL REZENDE	1º
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	JUÃO PEDRO SOUZA ROSSATI	2º
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	ALESSANDRO ROBERTO DE SOUZA	3º
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	CHRISTIANO MOREIRA MEDEIROS	4º
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	LAÍS SANTOS DE SOUZA (COTA – NEGROS)	2ª
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	DIOGO BANZER DA MOTTA	5º
SEGURANÇA DE TI	BRUNO DE ABREU CÁCERES	1º
BANCO DE DADOS	ERNANI GUIMARÃES ROSA	1º
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	GUSTAVO MITSUYUKI WAKU	1º

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 1/2024-PGJ, DE 10.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no art. 19 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, no art. 32 da Resolução nº 42/2021-PGJ, de 19 de novembro de 2021, e no item 19 do Edital nº 1/2022- MPMS, de 12 de dezembro de 2022, **CONVOCA** os candidatos nomeados por meio da Portaria nº 4669/2024-PGJ, de 10 de setembro de 2024, aprovados no VI Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), homologado por meio da Portaria nº 3949/2024-PGJ, de 29 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.175, de 30 de julho de 2024, para inspeção médica a ser realizada na Agência de Previdência Social (AGEPREV), localizada na Avenida Mato Grosso, nº 5.778, Bloco 8, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS.

1. DA INSPEÇÃO MÉDICA

A inspeção médica será realizada na AGEPREV, localizada no endereço acima mencionado, nos dias e horários que serão relacionados em quadro abaixo especificado, observando-se o horário oficial de Mato Grosso do Sul, devendo o candidato chegar com no mínimo meia hora de antecedência, sob pena de não ser atendido, munido do documento oficial de identificação com foto, caneta esferográfica azul e dos originais dos seguintes resultados de exames, laudos e pareceres:

- a) avaliação oftalmológica, com laudo descritivo e completo, realizada por médico oftalmologista;
- b) avaliação de saúde mental, com laudo descritivo e completo, realizada por médico psiquiatra;
- c) eletrocardiograma, com laudo descritivo e completo;
- d) ultrassom de punhos bilateral, com laudo;
- e) ultrassom cotovelos bilateral, com laudo;
- f) ultrassom de ombros bilateral, com laudo;



- g) raio x de tórax PA e perfil, com laudo;
- h) hemograma completo;
- i) glicemia (jejum);
- j) creatinina;
- k) ureia;
- l) TGO;
- m) TGP;
- n) fosfatase alcalina;
- o) bilirrubina totais e frações;
- p) sorologia para chagas, Machado Guerreiro;
- q) sorologia para lues (VDRL);
- r) sorologia HBS AG;
- s) sorologia anti-HCV;
- t) sorologia anti-HBS;

u) exame toxicológico para detecção do uso de drogas, em cabelo/pelos (3,6 cm) por meio de queratina, que deverá apresentar resultado negativo para os seguintes grupos de drogas e seus metabólitos: anfetaminas e metanfetaminas, incluindo *ecstasy*, MDMA e MDE; maconha e derivados; cocaína e derivados; opiáceos, atendendo a uma janela de detecção de no mínimo 90 (noventa) dias.

#### Observações:

- Nos laudos de avaliações oftalmológica, de saúde mental e cardiológica, deverá constar, obrigatoriamente, o número do Registro de Qualificação do Especialista (RQE) do profissional responsável pela avaliação do candidato.
- Não serão aceitos laudos e exames com assinaturas escaneadas e/ou digitalizadas e realizados com mais de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.
- Havendo a necessidade, novos exames serão requisitados no ato do exame médico admissional.

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2024 (SEGUNDA-FEIRA), ÀS 7H30 (MANHÃ)	
CANDIDATOS*	
OLAVO VIEIRA DE MORAES FILHO	
WALISSON FRANKLIN RAMOS LOURENÇO	
BEATRIZ NICOLE PEIXOTO DA SILVA	
FILIPE DE FREITAS MACIEL REZENDE	

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2024 (SEGUNDA-FEIRA), ÀS 10H (MANHÃ)	
CANDIDATOS*	
JUÃO PEDRO SOUZA ROSSATI	
ALESSANDRO ROBERTO DE SOUZA	
CHRISTIANO MOREIRA MEDEIROS	
LAÍS SANTOS DE SOUZA	
DIOGO BANZER DA MOTTA	
BRUNO DE ABREU CÁCERES	
ERNANI GUIMARÃES ROSA	
GUSTAVO MITSUYUKI WAKU	

\* Listagem conforme a classificação e a portaria de nomeação.

## 2. DOS REQUISITOS PARA A POSSE

No dia seguinte ao de comparecimento perante a perícia médica, 1º de outubro de 2024, o candidato nomeado deverá apresentar-se na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir das 13h, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, com fotocópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados, juntamente com as certidões e declarações a seguir especificadas:

### 2.1 – Documentos (originais e cópias):

- a) cópia de documento oficial de identificação com foto\*\*;
- b) cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), com certidão de regularização\*\*;



- c) cópia do Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
  - d) cópia da carteira e/ou certificado de reservista, se do sexo masculino;
  - e) 1 (uma) fotografia 3x4 (três por quatro) recente da face;
  - f) cópia da certidão de nascimento, se solteiro, ou de casamento;
  - g) cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, quando couber;
  - h) cópias de diploma ou certificado de conclusão de curso, bem como os demais documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo ao qual se inscreveu;
  - i) quando for o caso, comprovante do registro profissional no órgão competente;
  - j) comprovante bancário (banco, agência e conta-corrente);
  - k) PIS/PASEP (se não cadastrado, fornecer declaração);
  - l) demais documentos que o MPMS julgar necessários, posteriormente informados.
- \*\* No caso de candidatos que já possuam a nova carteira de identidade, prevista no Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, bastará a cópia desta.

## 2.2 – Certidões e declarações:

- a) certidão fornecida pela Justiça Eleitoral que comprove o candidato estar em dia com as obrigações eleitorais e em gozo dos direitos civis e políticos;
- b) certidões negativas cíveis e criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- d) certidão que comprove a regularidade com as obrigações profissionais (Lei Estadual nº 656, de 1º de julho de 1986);
- e) declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 231 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, ou no parágrafo único do art. 137 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- f) declaração de ter sido considerado apto em exame médico pericial realizado por Junta Médica Oficial;

## 2.3 – Outros:

- a) comprovante do tipo sanguíneo;
- b) comprovante de residência (contas de água, luz ou telefone) ou declaração de próprio punho do endereço de residência, nos termos da Lei Estadual nº 4.082, de 6 de setembro de 2011;
- c) declaração de bens e rendas (própria e dos dependentes) ou cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, bem como das atualizações e/ou complementações, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
- d) Boletim de Inspeção Médica Admissional (BIMA);
- e) *curriculum vitae*.

Campo Grande, 10 de setembro de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4618/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Diego Vinícius Queiroz Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Cassilândia, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 23 a 27.9.2024 e de 18.11 a 6.12.2024, em razão de afastamento do servidor Pedro Borges de Souza, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4689/2024-PGJ, DE 10.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 76ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 32ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, de 9 a 18.9.2024, em razão de afastamento da servidora Raphaela Gonsales Gomes Gheno, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4714/2024-PGJ, DE 11.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Marcelo Maruyama, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 23.9 a 4.10.2024, em razão de afastamento da servidora Alyne Kathiucia Raulino Green, Técnica I; e tornar sem efeito a Portaria nº 4616/2024-PGJ, de 6.9.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 4610/2024-PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias remanescentes à servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, referentes ao período aquisitivo 2003/2004, a serem usufruídas de 11 a 30.11.2024, nos termos dos artigos 1º e 6º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4611/2024-PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Valeria Neder Serafini por meio da Portaria nº e-544/2024-PGJ, de 15.5.2024, que seriam usufruídas de 2 a 11.9.2024, a serem usufruídas de 2 a 11.12.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4612/2024-PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Danielly Araujo da Silva por meio da Portaria nº e-900/2023-PGJ, de 1º.8.2023, que seriam usufruídas de 14 a 23.8.2024, a serem usufruídas de 12 a 21.8.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4613/2024-PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares ao servidor Ottoni Sá Leal de Figueiredo, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 16 a 25.9.2024 e de 25.11 a 14.12.2024, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 4614/2024-PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Fernanda Meira Guerra Birolini por meio da Portaria nº e-137/2024-PGJ, de 5.2.2024, que seriam usufruídas de 9 a 18.9.2024, a serem usufruídas de 16 a 25.9.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4615/2024-PGJ, DE 5.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Fernanda Fabrini Silva por meio da Portaria nº e-1204/2023-PGJ, de 24.10.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1101/2024-PGJ, de 16.8.2024, que seriam usufruídas de 9 a 18.12.2024, a serem usufruídas de 20 a 29.1.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4617/2024-PGJ, DE 6.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Beatriz Almeida Ribeiro por meio da Portaria nº e-1392/2023-PGJ, de 6.11.2023, que seriam usufruídas de 2 a 11.9.2024, a serem usufruídas de 13 a 22.1.2025, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4653/2024-PGJ, DE 9.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 10.7.2024, as férias da servidora Rachel Barbosa Poltronieri Florence, concedidas por meio da Portaria nº 6081/2023-PGJ, de 10.11.2023, com suas modificações, a serem usufruídas em 27.8.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4654/2024-PGJ, DE 9.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4335/2024-PGJ, de 16.8.2024, na parte que concedeu à servidora Rachel Barbosa Poltronieri Florence a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “de 27.8 a 5.9.2024”, passe a constar: “de 28.8 a 6.9.2024”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4660/2024-PGJ, DE 9.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias remanescentes à servidora Anna Carolinne de Freitas Silva, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídas de 2 a 6.12.2024, nos termos dos artigos 1º e 6º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1173/2024/PJ, DE 10.9.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Bruna Natielly Dutra Santana, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 4.9.2024 a 1º.1.2025, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 2.1 a 2.3.2025, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 040/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 277 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência de **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

**1) Notícia de Fato nº 01.2024.00000561-9 – SIGILOSO**

34ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande

Campo Grande, 10 de setembro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 33/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo n: 09.2024.00009752-1.

Requerente: Alcione dos Santos.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande, com base no poder de polícia administrativa, relativo à adoção das providências necessárias visando a adequação jurídico-ambiental das atividades desenvolvidas no Centro de Reciclagem, localizado na Rua Cachoeira do Campo, n. 714, Bairro Portal Caiobá, nesta capital.

Campo Grande, 11 de Setembro de 2024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 0008/2024/43PJ/CGR**

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 09.2024.00000874-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Assunto: Reunir elementos com vistas a aditar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e a Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul – FFMS.

Campo Grande/MS, 09 de setembro de 2024.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0084/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00145264-0 em que constam como investigado Rafael Conceição Brito De Oliveira e vítima Ana Lucia Jose Marques conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas”

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0085/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00142921-7 em que constam como investigado Lucas Silveira Siqueira e vítima Vitoria Kimberly Prudente Neto conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0086/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00130409-5 em que constam como investigado Alberto Luiz De Oliveira e vítima Cira Clair Horing Nantes conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas”

Campo Grande/MS, 10 de setembro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento da Inquérito Policial nº 08.2024.00161778-1 (Autos nº 0001274-40.2024.8.12.0004), em que constam como investigado Jackson Rosa de Oliveira<sup>2</sup> e como vítima Magali de Fatima Florencio Ramos, conforme se transcreve: "Assim, por entender que não há indícios suficientes para o devido processo legal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos autos, ressaltando o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal".

Finalidade: Cientificar a vítima, Magali de Fatima Florencio Ramos.

Amambai/MS, 10 de setembro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000853-84.2023.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Vitorino Sanches, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de indícios de autoria (*falta de justa causa para a promoção da ação penal*), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 10 setembro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001060-49.2024.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Jorge Moreira Maciel, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de indícios da ocorrência de crime (falta de justa causa da existência de crime – morte decorrente de suicídio), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 11 setembro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

1 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

3 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

4 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



---

**ANASTÁCIO**

---

**EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA  
INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000020-2**

A Promotoria de Justiça de Anastácio-MS torna pública a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil 06.2024.00000020-2, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, podendo ser integralmente acessado no sítio eletrônico do MPMS, link:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Área de atuação: Meio Ambiente

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Antonio Ferreira Santana

Objeto: Compensação dos danos ambientais constatados no Lote 38, do Assentamento São Manoel, localizado neste município de Anastácio/MS.

Anastácio, 11 de setembro de 2024

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

---

**AQUIDAUANA**

---

**EDITAL N.º 003/2024-3ªPJCA**

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2024.00010128-6 - 3ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00010128-6– 3ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: servir de controle efetivo para as notificações de vítimas que são realizadas ao longo da atuação criminal do membro nos processos e procedimentos investigativos, especialmente em relação à comunicação do oferecimento da denúncia e eventualmente quanto à necessidade de atualização de endereço ou ciência de crédito de indenização na sentença criminal condenatória.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**BATAYPORÃ****EDITAL Nº 0036/2024/PJ/BIP****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900283-67.2024.8.12.0027, em que consta como investigado Nelson Nogueira da Silva e vítima Mariane Andrade dos Santos, conforme se transcreve: “com fulcro no art. 28, caput, do Código Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal”.

Batayporã, 10 de setembro de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES  
Promotor de Justiça.

**BONITO****EDITAL N. 0065/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00003741-1

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Edson Everaldo Pellin

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2021.0000901-4, entre Edson Everaldo Pelin e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos no Sítio Canta Galo - Parte da Fazenda Barranco Alto.

Bonito – MS, 01 de agosto de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR  
Promotor de Justiça

**CAARAPÓ****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à investigada, Salete Schons, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0002134-62.2021.8.12.0031/08.2021.00191761-6, conforme se transcreve: "Ante o exposto, considerando a ausência/insuficiência de provas acerca da dinâmica dos fatos ocorridos, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, ressaltando o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal".

Caarapó/MS, 10 de setembro de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado, Wesley Aparecido Silva de Freitas, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900584-36.2023.8.12.0031/08.2023.00165131-0, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial".

Caarapó/MS, 10 de setembro de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**N. DO MP: 06.2022.00000173-7**

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta TAC no Inquérito Civil nº 06.2022.00000173-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 435, Parque União, neste Município, e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000173-7

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Eduardo Rezende Franco, proprietário da Fazenda Nossa Senhora de Fátima, localizada na cidade de Chapadão do Sul.

Objeto: Apurar suposto desmatamento de 108,16 hectares na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, no município de Chapadão do Sul/MS, sem autorização ambiental, conforme Parecer n. 46/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Conteúdo do TAC: “[...]O COMPROMISSÁRIO reconhece que, no imóvel identificado, há necessidade de se promover medidas de reparação e/ou compensação da área degradada, nos termos dos art. 38, 70 e 3 da Lei Federal nº 9.605/1998, eis que houve desmatamento irregular. [...] CLÁUSULA 6ª: A título de indenização ambiental, entendida como compensação do passivo ambiental, o COMPROMISSÁRIO pagará a quantia de R\$ 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos reais) ao Instituto de Pesquisa e Inovação na Agricultura Irrigada do Centro-Oeste – INOVAGRI CENTRO OESTE mediante depósito bancário identificado ou transferência (Banco do Brasil, Ag – 3066-x, C/C 33004-3, CNPJ – 42.435.182/0001-73, a qual será integralmente revertida para promoção de projetos ambientais no município de Chapadão do Sul. , dentre outras, atividades tendentes ao combate a crimes contra o meio ambiente.”

Data de celebração do TAC: 26 de agosto de 2024.

Chapadão do Sul/MS, 09 de setembro de 2024

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA  
Promotor de Justiça

**DOURADOS****EDITAL Nº 0004/2024/16PJ/DOS**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 15 de agosto de 2024, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS e Município de Dourados-MS, firmado nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003870-1, instaurado para acompanhar a implantação de ponto biométrico em todos os setores e secretarias vinculadas ao Município de Dourados. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 10 de setembro de 2024

**RICARDO ROTUNNO**  
Promotor de Justiça

**NAVIRAÍ****EDITAL Nº0003/2024/01PJ/NVR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000875-0/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Usina Rio Amambai Agroenergia S.A e Adriana Barbosa Medeiros

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado "Fazenda São Jorge", localizado no município de Naviraí, em razão da constatação de invasão antrópica em área de preservação permanente e área brejosa

Naviraí, 10 de setembro de 2024.

**KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO**  
Promotora de Justiça

**PARANAÍBA****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0001145-03.2018.8.12.0018, em que suposta autoria se imputa a Deofrázio Martins de Souza, tendo como vítima Sandra Amorim Duarte, Vicente Luiz Júnior e a vítima fatal Vicente Luiz Filho, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a persecutio criminis in iudicio, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Sandra Amorim Duarte e Vicente Luiz Júnior, uma vez que não manteve atualizados o contato telefônico e o endereço informado no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba, 05 de setembro de 2024.

**MATHEUS MACEDO CARTAPATTI**  
Promotor de Justiça



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900707-39.2024.8.12.0018, em que suposta autoria se imputa a Silvestre da Conceição Silva, tendo como vítima Mohammad Bakhsh Alizada, Sayed Ismail Mohammadi e Rohulla Rahimi conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Finalidade: A cientificação das partes Mohammad Bakhsh Alizada, Sayed Ismail Mohammadi e Rohulla Rahimi, uma vez que não mantiveram atualizados os contatos telefônicos e os endereços informados no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba, 05 de setembro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0004602-14.2016.8.12.0018, em que suposta autoria se imputa a Iris Maria Daud, tendo como vítima Wilma de Paula Morales, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Wilma de Paula Morales, uma vez que não manteve atualizados o contato telefônico e o endereço informado no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba, 04 de setembro de 2024.

JULIANA NONATO  
Promotora de Justiça

## PONTA PORÃ

### EDITAL N. 0011/2024

### NOTÍCIA DE FATO 01.2024. 00007572-7

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0011/2024, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 10 de setembro de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE  
Promotora de Justiça  
Supervisão das Promotorias de Justiça



## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº0011/2024

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO				
<p>Classe-000.060.061.061.1-Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo.</p> <p>Classe-200-Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão.</p> <p>Classe-200-Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei.</p> <p>Classe- 100-Diligência: mandado de averiguação; intimação e notificação(cópias)</p> <p>Classe-100-Termo de Declaração</p> <p>Classe-200-Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.</p> <p>Classe--100-Pautas, atas, termos de audiências; termo de oitiva;(cópias)</p> <p>Classe: 100-Relação de remessa de documentos-</p> <p>Classe-200-Recebimento de notícia: Termo de representação(cópias)</p> <p>Classe:200-Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres, petições, razões e contrarrazões recursais, pedidos e requisições de diligências, entre outros(cópias)</p> <p>Classe-200-Termos de audiência e de representação de adolescente(cópias)</p> <p>Classe- 100-Diligências: Pareceres técnicos.</p>		<p>Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.</p>	<p>2014</p>	<p>2018</p>
<p><b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p>Data do preenchimento:</p> <p>10/09/2024</p>				

## ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 17/2022-PGJ, DE 19 DE ABRIL DE 2022

<b>FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS PARA ELIMINAÇÃO</b>				
<b>Unidade Produtora: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS</b>				
<b>Responsável: ANDRÉA DE SOUZA RESENDE</b>				
<b>Classe e subclasse</b>	<b>Descrição do documento</b>	<b>Ano do documento</b>	<b>Volume</b>	<b>Observações</b>
<b>Classe-000.subclasse:060.061.061.1</b>	Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo	2014/2018	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO



Classe-200	Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão	2014/2016	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social	2014	02 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Diligencia: mandado de averiguação; intimação e notificações(cópias)	2014/2015/2016	03 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Termo de declaração(cópias)	2014/2015/2016/2017	01 Volume	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;	2014/2015	02 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Pautas: atas; termos de audiencia, termo de oitiva;(cópias)	2014	01 volume	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Relação de remessa de documentos(cópias)	2014	01 Volume	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Recebimento de notícia: Termo de representação(cópia)	2014	01 volume	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres, petições, razões e contrarrazões recursais, pedidos e requisições de diligências, entre outros(cópias)	2014/2015/2016	03 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Termo de audiência e de representação de adolescente(cópia)	2014/2015	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Diligências: Parecer técnico(cópias)	2014/2015	02 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO

Conforme o Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril DJE 2022, que dispõe sobre a Política de Arquivo e aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos a serem adotados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Local e data: 10.09.2024

Carimbo e assinatura do Responsável

**PARA USO DA CPAD**

Recebido \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Carimbo e assinatura do Responsável



---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N° 0034/2024/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, em Rio Negro/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000577-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mário Antonio Rubio

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da queima de material lenhoso proveniente de limpeza totalizando 2,23 hectares, na Estância MR, em Corguinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 09/1ºBPMA/3ªCIA/2ºPEL/3ªGPMA/CPAmb/2024. ”

Rio Negro, 09 de setembro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

---

**RIO VERDE DE MATO GROSSO**

---

**EDITAL N° 0037/2024/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000882-7

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Milton de Andrade Hildebrand

Assunto: Apurar situação de maus-tratos a animais bovinos na Fazenda Alvorada, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, de propriedade de Milton de Andrade Hildebrand.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 10 de setembro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça